09:36 48%

Opinião do GLOBO

Objetividade é essencial à reforma administrativa

Legislativo e Executivo fazem bem em trazer tema à pauta. Risco é perder foco em debates estéreis

É bem-vinda a intenção manifestada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de desengavetar a reforma administrativa. Menos por méritos específicos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) parada na Câmara e mais por recolocar em discussão uma reforma necessária e urgente, fundamental para aperfeiçoar a gestão do Estado e melhorar os serviços prestados ao cidadão.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta resistências conhecidas ao abordar o tema, por estar sob constante vigilância dos sindicatos ligados ao PT. Prova disso foi já ter convocado para março um concurso unificado para contratar 6.600 novos servidores públicos federais, quando o ideal seria contratá-los dentro de um novo regime. Mesmo assim, diante de um movimento que se desenha inevitável, o Executivo tomou a iniciativa de elaborar uma proposta alternativa de modernização da gestão de pessoal, a cargo dos ministros da Gestão e Inovação, Esther Dweck, e da Fazenda, Fernando Haddad.

Ambos destacam o óbvio: a premissa deve ser melhorar a qualidade do serviço prestado à população. Não há quem discorde. As divergências começam quando se discute como. Várias iniciativas encaminhadas no Congresso deveriam ser aproveitadas. Seria um erro recomeçar a discutir do zero um tema sobre o qual já se acumulou tanto conhecimento e tanta frustração.

Um dos pontos críticos em que o governo acerta é a iniciativa para reduzir o número de cargos na máquina, hoje ao redor de 150, para algo entre 20 e 30. Racionalidade nas carreiras é o mínimo a exigir de qualquer política de gestão. Uma característica do serviço público é oferecer salários iniciais superiores aos da iniciativa privada. O servidor costuma chegar ao topo em pouco tempo e perde qualquer estímulo para se qualificar. Outra intenção sensata do governo é reduzir o salário inicial, para tornar a carreira mais lenta.

O governo esquece, porém, um ponto fundamental: é preciso haver mais flexibilidade para a máquina burocrática estatal ganhar eficiência e prestar melhores serviços. Nem são necessárias grandes mudanças. Primeiro, é positiva a ideia de contratar funcionários por meio da CLT, como já ocorre em autarquias, fundações e estatais. Segundo, é imprescindível regulamentar o remédio trazido pela Constituição ao engessamento do setor público: o inciso do artigo 41 segundo o qual o servidor poderá ser demitido "mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa". Definir como será a avaliação e sua periodicidade é vital. Para isso, basta maioria absoluta do Senado e da Câmara.

Por fim, é preciso dar também atenção ao Projeto de Lei que acaba com os artifícios usados para inflar os salários de procuradores, juízes, militares e da elite do funcionalismo. Não pode existir uma reforma que deixe de lado as categorias mais privilegiadas, habituadas a definir benesses em causa própria.

De modo geral, em vez de apostar em mudanças complexas de difícil aprovação, os parlamentares deveriam centrar foco na regulamentação da avaliação de desempenho, na demissão de servidores mal avaliados, na limitação dos supersalários e no enxugamento das carreiras de Estado. É preciso ser objetivo e tratar logo as principais questões para que a discussão sobre uma reforma tão urgente não seja mais uma vez adiada.

Taxa de investimentos aquém do necessário limita crescimento

Depois de subir no pós-pandemia, indicador voltou a cair em 2023 e continua abaixo do que seria razoável

Um dos problemas crônicos da economia brasileira é a dificuldade de ampliar os investimentos na capacidade produtiva, condição necessária para o país ganhar produtividade e gerar mais riqueza. Tecnicamente, o componente do PIB conhecido como Formação Bruta de Capital patina. A mais nova radiografia do problema vem dos dados do Sistema de Contas Nacionais, do IBGE, consolidados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Pelos últimos números do IBGE, a taxa de investimentos estava em 16,6% no terceiro trimestre do ano passado, quase 2 pontos percentuais abaixo dos dois anos anteriores. Para um país com as necessidades de crescimento do Brasil, o ideal seria ao redor de 25%, mas o máximo que os investimentos já alcançaram desde o início deste século foi 21,5% em 2014. A curva de investimentos costuma seguir a da poupança, também aquém do ideal.

Os investimentos líquidos — deduzida a depreciação das instalações — até se recuperaram em 2021, depois do baque da pandemia. Na construção de infraestrutura houve um salto de 15%, mantendo a tendência observada em 2020, segundo escreveram os economistas José Ronaldo de Souza Júnior e Felipe Moraes Cornelio na última Carta de Conjuntura do Ipea. Mas a recuperação não teve fôlego. De junho a setembro de 2023 houve apenas um efeito estatístico com a redução na depreciação de máquinas, equipamentos e outras estruturas de produção. No penúltimo trimestre do ano, os investimentos caíram 6,8% em relação ao trimestre anterior.

O zigue-zague é típico de um país em que os empresários não têm confiança em ampliar os negócios. A insegurança sobre as regras em vigor e o ambiente incerto e hostil ao capital persistem. No final do ano, a reforma tributária surgiu como esperança de mais estímulo aos investimentos, mas é primeiro necessário saber como ela será regulamentada, diz Bráulio Borges, economista sênior da LCA e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Só depois disso, em 2025, será possível observar os efeitos sobre os investimentos das empresas.

Borges cita dados da consultoria especializada Inter.B para constatar nosso atraso. Segundo ele, o Brasil teria de investir de 3,5% a 4% do PIB ao longo de 20 anos em infraestrutura para alcançar o padrão de países de renda *per capita* comparável. Mas investe apenas entre 1,8% e 1,9%. Esse patamar insatisfatório explica a propensão da economia brasileira a crescer a taxas baixas. Qualquer aumento no poder aquisitivo da população esbarra nos limites de produção, e os preços sobem — um beco cuja única saída é criar um ambiente de negócios mais acolhedor, com menos incertezas tributárias e jurídicas, para que as empresas tenham mais segurança na hora de destinar seu capital à expansão da capacidade produtiva.

Artigos

ogloba.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Tão fake quanto real

Quando o ex-ministro José Dirceu advertiu recentemente que o PT deveria atentar para o fato de que a direita brasileira está organizada e atuante, enquanto a esquerda se perde em divisões internas contra a política econômica e se afasta dos interesses diretos do cotidiano dos cidadãos, falava com a experiência de quem conhece o PT por dentro, e com a inegável liderança histórica esquerdista, goste-se dele ou não.

Ao mesmo tempo em que volta a vocalizar seus pensamentos, Dirceu busca uma saída para se ver livre das condenações que ainda cumpre em regime aberto. Para se ter uma ideia de como é viável essa aposta, não há mais nenhum político preso pelo mensalão ou pelo petrolão. Todos, ou foram anistiados pelo STF, ou tiveram suas penas anuladas por supostos erros técnicos, ou por prescrição. Antes do mensalão, somente um político havia sido condenado pelo Supremo em toda sua história. Hoje, todos os condenados estão soltos.

O empenho da gestão Lula em reescrever a história recente, trazer o passado para o presente, repetir os mesmos erros para tentar resultados diferentes, parece uma síndrome, que pode levar sua gestão a exacerbar a polarização política. Talvez seja essa mesmo a tentativa, de mostrar aos adversários que Lula é indestrutível. Ou talvez a necessidade do presidente de ver compensadas as injustiças de que se sente vítima.

Seja como for, o que ele está conseguindo é, construindo uma história oficial em museus, discursos e decisões que nos trazem de volta a um passado nada glorioso, fixar o espaço de seus adversários, sem ampliar o próprio. A resiliência de seus apoiadores, comparável aos de Bolsonaro, pode levar a uma situação distinta da de 2022, quando os eleitores não comprometidos não tiveram escolha.

Estava muito fresca na memória dos cidadãos independentes a tentativa de golpe permanente do então presidente. Lula fez uma campanha de governo de aliança política ampla, de defesa da democracia ameaçada, conseguindo colocar em segundo plano a lembrança dos casos de corrupção do PT. A campanha de 2026, ao contrário, com o governo fazendo questão de voltar ao passado para recriá-lo ao gosto de seus seguidores, esquecendo-se dos que votaram em Lula a contragosto, pode fazer com que ambos os candidatos, Lula e Bolsonaro, abram espaço para contendores menos comprometidos com os dois lados do espectro político.

O empenho da gestão Lula em reescrever a história recente pode levar sua gestão a exacerbar a polarização

Já há setores petistas, a exemplo de José Dirceu, que enxergam essa brecha que está sendo aberta na polarização, e se assustam com a possibilidade de um candidato da centro-direita, ou da direita tradicional, ter mais chance do que um extremista apoiado por Bolsonaro.

Caberia a Lula encaminhar-se mais para o centro político, e tornar realidade fática um governo de união nacional que não saiu do papel. Em seu lugar, formou-se um governo no qual o Centrão comanda a maioria, e o PT, minoritário, tenta reescrever a história, conseguindo fazer com o eleitorado de direita tenha razões para acirrar as críticas. Bolsonaro tentou mascarar sua submissão ao Centrão alegando que sempre fizera parte do grupo. Lula, na mesma situação, resolveu que o Centrão nunca existiu, e afirma que negocia individualmente com os partidos.

Ao dizer que a Operação Lava-Jato foi uma "mancomunação" de juízes e promotores com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Lula poderia ser enquadrado na investigação de fake news coordenada pelo ministro do Supremo Alexandre de Moraes. A Petrobras admitiu sua culpa na cadeia de corrupção e pagou bilhões de dólares aos Estados Unidos como multa, por ser uma empresa com ações na Bolsa de Nova Iorque.

Navegando nesse mar de contradições, Lula tenta sobreviver a uma situação política muito diferente da que conviveu nos dois primeiros mandatos. Um mundo em que a deep fake vai atuar com tanto vigor na política que já não se saberá mais distinguir a realidade. O caso do vídeo do filho de um ministro de tribunal superior é exemplar: parecia fake, mas era incrivelmente real. Tão real que uma juíza se achou no dever de proteger seu par censurando o vídeo.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Visser da Fôlha Bartolsa, Luiza Bapteta e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Dantas - marcelo.dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - andre.sarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Catarina Giulari - catarina.giulari@oglobo.com.br
Arte e Qual Gráfica: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
Ela: Mariana Caruso - mariana@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Carmona Filho - wilter.carmona@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: R$ 5,P; MG e ES: R$ 6,00
Domingo: R$ 5,P; MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobrança de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e jamais forneça qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO sem sair pela porta de casa, acesse para verificar o seu CEP: www.oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5101 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4313
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX CREDIT
A marca do consumidor consciente
Leia mais e fale pelo Cartão de FSC
CARBON FREE